



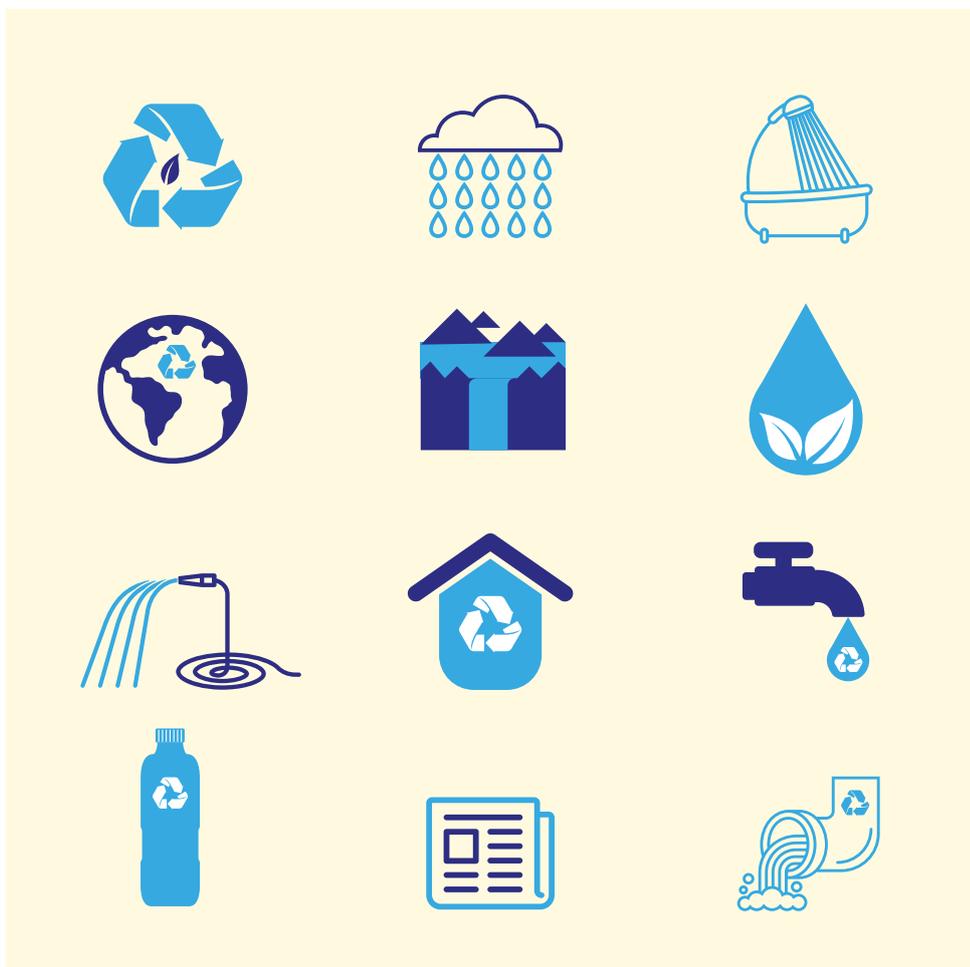
Comunica CBH-BS

Boletim número 2

janeiro 2019

PROJETOS EM RECURSOS HÍDRICOS PODEM SER ENVIADOS AO CBH-BS

Projetos sobre educação ambiental, campanhas de uso racional da água, realização de cursos, eventos, proteção dos corpos d'água, entre outros temas, podem ser enviados até fevereiro de 2019.



NOVA ELEIÇÃO ACONTECE EM MARÇO PARA COMPOSIÇÃO DO CBH-BS

Em março serão eleitos os novos membros para o biênio 2019/2021

A CRISE HÍDRICA NA VOZ DOS CRÍTICOS

Membros do CBH-BS mostram novos olhares para a gestão das águas na região.

Apoio



Realização

cbhbs.funbea@gmail.com facebook.com/projetocom.agua youtube.com/funbea

MENSAGEM

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE MUDANÇA SOCIAL

Quando nos deparamos com inúmeras mudanças que o mundo atual nos impõe na velocidade que o universo tecnológico nos coloca, a variação de sensações, emoções e pensamentos nos invade descerrando um cenário a nossa frente de muitas cores, dores ou flores; depende do nosso olhar! Porém, o mais importante de tudo, é que sempre uma onda de esperança se apresenta ao aprendermos a não somente ver, mas enxergar nossas riquezas naturais e os benefícios que preservá-las traz à saúde física e mental, principalmente a **água**. Mas, só boa vontade da sociedade civil não basta. Faz-se necessária a garantia de políticas públicas eficientes e eficazes que protejam nossas bacias

hidrográficas por meio de instrumentos legais de controle social, como os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH). Na Baixada Santista o CBH-BS, como é conhecido, por meio de suas Câmaras Técnicas, desenvolve excelentes trabalhos. Aqui, vamos nos ater à **Câmara Técnica de Educação Ambiental e Divulgação (CTEAD)** que, no ano de 2018, por meio de financiamento com recursos do FEHIDRO e com a ação dos profissionais do FunBEA, realizou o **Programa de Comunicação Social do CBH-BS**. A metodologia utilizada fortaleceu e amadureceu as relações entre os membros e mostrou o quanto a Educação Ambiental pode e deve ser o maior instrumento de mudanças sociais e de melhoria

das relações sociedade x natureza. Mostrou, também, a viabilidade da construção de propostas efetivamente participativas, com a integração completa entre poder público e sociedade civil. Garantiu um resultado que, em 2019, trará à CTEAD-CBH/BS possibilidades de atuar junto às comunidades locais na busca da tão desejada sustentabilidade da região e fazer valer suas conquistas e importância como canal de efetiva comunicação social.

Lucia Helena Silva
arquiteta urbanista, educadora socioambiental, diretora de Planejamento Ambiental da Prefeitura do Guarujá e membro da Câmara Técnica de Educação Ambiental e Divulgação do CBH-BS

SOBRE O CBH-BS

É no Comitê de Bacias Hidrográficas que se discutem os problemas relacionados ao uso, recuperação e preservação das águas.

PARTICIPE DAS DISCUSSÕES SOBRE O PRESENTE DAS ÁGUAS DA NOSSA REGIÃO!

SECRETARIA EXECUTIVA DO CBH-BS

Rua Urcezino Ferreira, 294 – Baixio Itanhaém-SP
 CEP 11740-000
 Fone: (13) 3422 1264 e 3422 1265
 E-mail: cbhbs@uol.com.br

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CBH-BS

www.funbea.org.br

Entre em contato com o Programa de Comunicação Social do CBH- BS e receba nossas notícias!

E-mail: cbhbs.funbea@gmail.com

Facebook: facebook.com/projetocom.agua

COMITÊ DE BACIAS REALIZA ELEIÇÕES EM MARÇO PARA O BIÊNIO 2019/2021.



O CBH-BS é tripartite, composto por representantes do governo estadual, municipal e sociedade civil. A escolha dos representantes do governo estadual e municipal

é por indicação: **são 9 vagas titulares e mais 9 suplentes, para cada um dos segmentos, totalizando 36 pessoas.** Já as instituições da sociedade civil

da Baixada Santista terão a oportunidade de se cadastrar para concorrer às vagas para compor o Comitê.

A sociedade civil faz a sua escolha por meio do Fórum da Sociedade Civil e, para poder participar, a instituição deve primeiro realizar um cadastro na secretaria executiva do CBH e depois estar no Fórum onde ocorrerá a escolha dos representantes entre seus pares. Para cadastrar sua instituição e receber os comunicados sobre o processo eletivo, entre em contato com o Comitê pelos telefones (13) 3422 1264 e 3422 1265 ou pelo e-mail cbhbs@uol.com.br

PROJETOS NA ÁREA DE RECURSOS HÍDRICOS PODEM SER ENVIADOS AO COMITÊ

O CBH-BS aprovou a Deliberação nº 342/2018 que define as diretrizes para a obtenção de financiamento de projetos com recursos da cobrança do uso da água e da compensação financeira (FEHIDRO) para o exercício de 2019. O prazo para apresentação das propostas é dia 8 de fevereiro

de 2019 até às 16h30.

As propostas deverão ser apresentadas com base nos 8 Planos de Duração Continuada (PDCs), estabelecidos no Plano de Bacias. **Base técnica e gerenciamento dos recursos hídricos, melhoria e recuperação da qualidade das águas, proteção dos corpos**

d'água, gestão da demanda de água, eventos hidrológicos extremos e capacitação e comunicação social são os principais temas, descrevendo a demanda solicitada para o Programa de Investimentos em 2019.

Já foram arrecadados e disponibilizados mais de R\$ 62 milhões pelos recursos da cobrança do uso da água, além da compensação financeira (FEHIDRO).

“Não queremos dinheiro parado em banco, queremos investir em bons projetos e abrir o CBH-BS para cada vez mais termos a participação de todos os segmentos”, declara Fernando Cordeiro, secretário executivo do CBH-BS.

O QUE É NECESSÁRIO PARA ENVIAR UM PROJETO?

- 1) Acessar a deliberação 342 disponível em: <http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhbs/deliberacoes>. Nela estarão descritos todos os documentos necessários, linhas de ação, e critérios de avaliação.
- 2) Escrever o projeto de acordo com o MPO – Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO
- 3) Enviar para o Comitê de Bacias Hidrográficas da Baixada Santista
- 4) Todos os projetos são analisados pela Câmara Técnica de Planejamento. Os projetos na área de Educação Ambiental seguem também para análise da Câmara Técnica de Educação Ambiental e Divulgação.

A CRISE HÍDRICA NA VOZ DOS CRÍTICOS

Membros do CBH-BS mostram novos olhares para a gestão das águas na região.

A crise hídrica além da falta d'água, os impactos negativos da transposição e a situação das comunidades que não são abastecidas pelos sistemas urbanos tradicionais foram alguns dos temas abordados pela Dra. Pilar Carolina Villar, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Fabrício Gandini, do Instituto Maramar, ambos representantes titulares do CBH-BS no 8º

Seminário Estadual Água e Saúde, realizado em novembro, na cidade Santos.

Disponibilizar água para todas as pessoas que residem na região seria tarefa da concessionária responsável pelo serviço de saneamento e da Prefeitura, porém, já que este habitual caminho não alcança os chamados "excluídos hídricos", grupos vulneráveis que não têm acesso à rede de água e esgoto, são obrigados a se utilizar de fontes não seguras de coleta d'água e disposição de seus efluentes, o que pode acarretar sérios problemas de saúde pública.

Fabrício Gandini, que leva o Programa Água Doce para locais não atendidos pelo sistema de abastecimento da região, relatou que as soluções são locais e devem ser criadas pela comunidade, com o uso de tecnologia social, ou seja, organizando o sistema da gestão de águas entre os próprios moradores. "A Serra do Guararu, no Guarujá, possui dezenas e dezenas de córregos naturais que abastecem famílias tradicionais. Nessas localidades buscamos a outorga compartilhada para os usuários, adotando sistemas de captação e distribuição mais adequada. São casos que

QUAL A CONTRIBUIÇÃO DO CBH-BS PARA MUDAR ESTA SITUAÇÃO?

60% do recurso do Programa Águas realizado pelo Instituto Maramar veio como financiamento do FEHIDRO por meio do CBH-BS. Cerca de **R\$ 140 mil** foram disponibilizados para a realização de levantamento das condições de água, esgoto, resíduos e drenagem **9 municípios** da Região Metropolitana da Baixada Santista.

Com o recurso da cobrança do uso da água já foram investidos **R\$ 43 milhões** em diferentes projetos indicados pelo CBH-BS, entre eles: aumento na fiscalização de outorgas, educação ambiental, sistemas de macrodrenagem entre outras ações de monitoramento dos corpos d'água.



Captação de água alternativa em comunidade no litoral sul
Imagem: Ana Patrícia Arantes

merecem esse cuidado. Chegamos somente a alguns até o momento". Em um sistema de abastecimento comum, a permissão do uso da água (outorga) é autorizada à empresa concessionária do serviço. Em um sistema de autogestão, a outorga deve ser disponibilizada para a comunidade. Para o pesquisador, essa inovação talvez seja necessária, pois os dados de saneamento oficiais não contemplam muitas pessoas, fazendo-as invisíveis. "Só existem quando vamos no território procurar", finaliza o oceanógrafo.

No quesito escassez, a transposição é prioridade. Na Baixada Santista, o exemplo da transposição do rio Itapanhaú em Bertioga, escolhida como alternativa para suprir a Região Metropolitana de São Paulo é polêmica. Neste cenário, a Baixada poderá ser prejudicada, pois, sendo um pólo em desenvolvimento, doar água para outro município poderá trazer problemas no futuro. Para a Dra. Pilar Carolina Villar, em vez de pensarmos em falta d'água, devemos analisar a questão da **degradação que compromete as fontes hídricas, gerando um cenário de escassez artificial**. "Temos como exemplo a represa Billings, que, tirando o braço do rio Grande, não pode ser considerada um sistema produtor de água, pois boa parte dela está comprometida por conta da poluição. A poluição é um dos pontos que devemos atuar e não permitir que se degradem águas que serão necessárias não só à população mas para outros usos", ressalta.